



(Tradução)

Interpeção Escrita

Já se realizou uma nova ronda de candidaturas à habitação social, e no primeiro dia foram distribuídos 10 000 boletins de candidatura, o que reflecte a necessidade crescente de habitação pública. Esta situação traduz-se num desafio e incentivo para o Governo, no respeitante à sua política de desenvolvimento da habitação pública. Atendendo às experiências anteriores, muito agregados familiares que apresentaram os seus boletins de candidatura estão preocupados que a oferta não consiga satisfazer as necessidades reais, e apesar de terem tomado a iniciativa de se candidatarem, é provável que tenham de aguardar, sem fim, até que chegue a sua vez, o que é o mesmo que desenhar um bolo para matar a fome.

Francamente, as preocupações dos residentes têm a sua razão de ser, visto que os dados disponibilizados pelo Governo demonstram que o número de habitações sociais a oferecer nos próximos anos não é suficiente para dar resposta às necessidades. Actualmente, estão prontas para disponibilizar 1300 fracções de habitação social, em algumas delas as obras de reparação já foram concluídas, noutras ainda não. Está em curso a construção da Habitação Social de Mong Há, cuja conclusão está prevista para 2020 ou 2021, e vai oferecer 1200 fracções; está planeada a construção de 1400 fracções na antiga sede da Central Térmica; e se a isto se juntarem as cerca de 400 fracções devolvidas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

anualmente ao Governo, e que vão ser arrendadas novamente, a oferta de habitações sociais nos próximos anos não vai ultrapassar as 4000. Assim, nos próximos três ou quatro anos, o Governo vai assegurar oferta suficiente de habitação social? O Governo afirmou ter confiança na salvaguarda da oferta. Vai honrar o seu compromisso? A população tem muitas dúvidas!

A “falta de terrenos para a construção de habitação pública” tem sido o pretexto do Governo. De facto, Macau tem poucos terrenos, mas será que a situação é assim tão grave que o Governo não consegue encontrar terrenos para seu uso? Não me parece. No Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM (2016 - 2020), divulgado no ano passado, o Governo propõe a criação duma reserva de terrenos e refere que vai considerar como prioridade o planeamento da construção de habitação pública. Para além dos vários terrenos desaproveitados, que vão ser retomados em breve, Macau ainda tem na sua posse terrenos para a construção de habitação pública. Por exemplo, segundo a promessa do Governo, podem ser destinados à construção de habitação pública o lote de terreno onde se encontrava a Central Térmica, na Avenida de Venceslau de Moraes, e os lotes de terreno na Rua da Doca do Lam Mau e no lado oeste do COTAI.

Actualmente, mantém-se apenas o plano de construção de 1400 habitações sociais na antiga sede da Central Térmica, na Avenida de Venceslau de Moraes, quanto aos planos de desenvolvimento e aproveitamento dos outros terrenos, lamentavelmente, o Governo alegou, como pretexto para a sua suspensão, a necessidade de dar prioridade



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

ao tratamento de projectos de grande dimensão, mas, até ao momento, nada se viu ainda sobre os grandes projectos de construção de habitação social na Avenida Wai Long, na Zona A dos novos aterros, etc., portanto, os agregados familiares na lista de espera têm de continuar a aguardar pela conclusão dessas obras.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A nova ronda de candidaturas à habitação social suscitou uma nova luta. Para ajudar os agregados familiares na lista de espera a conseguirem, quanto antes, uma habitação, o Governo deve envidar esforços para acelerar a respectiva construção. Já está em curso a construção da Habitação Social de Mong Há e em fase de planeamento o projecto de construção de habitação social na antiga sede da Central Térmica, mas, para além disso, o Governo deve reiniciar, nos próximos anos, o planeamento da construção de habitação pública nos terrenos situados na Doca Lam Mau e no lado oeste do COTAI, com vista a aumentar a eficácia na atribuição dessas habitações. Vai fazê-lo?
2. Em relação aos terrenos desaproveitados que foram já retomados pelo Governo, ou que estão prestes a ser retomados, o Governo deve integrá-los na reserva de terrenos destinados à construção de habitação pública a curto e médio prazo, no sentido de estabilizar a respectiva oferta. Vai fazê-lo?
3. O Governo tem implementado, ao longo destes anos, o plano provisório de atribuição de abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social. Mas trata-se de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

um plano de natureza provisória, e o valor atribuído não é alto, não conseguindo assim compensar as despesas reais decorrentes das rendas do mercado privado, pois estas são muito mais elevadas do que as rendas da habitação social, uma situação que se traduz em privar os agregados familiares do seu direito a viverem felizes. Pelo exposto, o Governo deve alterar a natureza provisória deste plano para permanente, de forma que os referidos agregados familiares possam usufruir desse abono até que lhes seja atribuída uma habitação, eliminando-se assim as suas preocupações. O Governo vai fazê-lo? O Governo deve proceder à avaliação do referido plano, elevando, com base em estudos científicos, o valor do abono em causa, com vista a reduzir os encargos dos agregados familiares na lista de espera com as rendas do mercado privado. Vai fazê-lo?

10 de Novembro de 2017

**A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,**

Song Pek Kei